



SENADO FEDERAL  
Consultoria Legislativa

**Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Defesa da Democracia (CDD)**

**Data da reunião:** 08/05/2024

**Presidente:** Senadora Eliziane Gama

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	<p><b>PL 2140/2020</b></p> <p><b>Ementa:</b> Altera o Código Penal para criminalizar a apologia à tortura e à instauração de regime ditatorial no país.</p> <p><b>Autoria:</b> Senador Rogério Carvalho</p> <p><u><a href="#">[tramitação]</a></u></p> <p><b>Não Terminativo</b></p>	Senadora Teresa Leitão	Pela aprovação	O projeto altera o art. 287 do Código Penal, que prevê a apologia de crime ou criminoso, para incluir a apologia de tortura ou de torturadores e de instauração de regime ditatorial ou de ruptura institucional. Pela nova redação, passa a ser crime “fazer publicamente ou disseminar, inclusive em ambiente virtual, apologia de fato criminoso ou de autor de crime; de tortura ou de torturadores; de instauração de regime ditatorial no país ou de ruptura institucional”, com pena de detenção de 3 a 6 meses e multa. Se o crime for praticado por agente político, membro do Poder Judiciário ou do Ministério Público, a pena será de detenção de 6 meses a 1 ano e multa. As penas serão aumentadas pela metade, se o autor se utilizar de perfis falsos, incluindo-se ‘robôs’, em redes sociais, para a divulgação do conteúdo.

# Consultoria Legislativa do Senado Federal

## Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Defesa da Democracia (CDD)2

Data da reunião: 08/05/2024

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
2	<b>PL 4400/2021</b> <b>Ementa:</b> Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para punir a invasão e apropriação de conta em rede social, bem como a extorsão mediante invasão ou apropriação de conta em rede social. <b>Autoria:</b> Senadora Daniella Ribeiro <a href="#">[tramitação]</a> <b>Não Terminativo</b>	Senador Weverton	Pela aprovação com emendas	<p>O projeto altera o art. 154-A do Código Penal, que pune a invasão de dispositivo informático, de modo que seja crime “apropriar-se indevidamente de conta alheia em rede social ou invadir dispositivo informático de uso alheio, conectado ou não à rede de computadores, sem autorização expressa ou tácita do usuário do dispositivo”. A alteração amplia o alcance do tipo penal para incluir a apropriação indevida de conta alheia em rede social, bem como se retira o especial fim de agir (adulterar ou destruir dados ou instalar vulnerabilidades), atualmente previsto para o crime de invasão de dispositivo informático de uso alheio. A proposição também acrescenta o art. 160-A, para criar o tipo penal de “extorsão precedida de apropriação indevida de conta alheia em rede social”, consistente em “apropriar-se indevidamente de conta alheia em rede social, com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço para sua restituição”, com pena de reclusão, de 4 a 8 anos.</p> <p>O relator é favorável à matéria, propondo emendas para: a) adequar a técnica legislativa; b) retirar a causa especial de aumento de pena prevista no § 2º do art. 154-A (ocorrência de “qualquer outro dano para a vítima”), pois entende que os crimes descritos no <i>caput</i> causam inerente dano à vítima; c) adequar a redação proposta para o crime de extorsão decorrente de apropriação indevida de conta alheia em rede social, tornando como seu núcleo a exigência de dinheiro ou de vantagem como condição para a restituição da conta usurpada.</p>
3	<b>PL 932/2024</b> <b>Ementa:</b> Confere ao município da Estância Turística de Itu, do estado de São Paulo, o Título de “Capital Nacional do Berço da República”. <b>Autoria:</b> Senadora Mara Gabrilli <a href="#">[tramitação]</a> <b>Terminativo</b>	Senador Omar Aziz	Pela aprovação com emendas	<p>O projeto confere ao município da Estância Turística de Itu/SP o Título de “Capital Nacional do Berço da República”.</p> <p>O relator é favorável à proposição com emendas para adequação da técnica legislativa.</p>

Item	Identificação da matéria
4	<b>REQ 3/2024 - CDD</b> <b>Ementa:</b> Requer audiência pública, a ser realizada no dia 23 de maio de 2024, para defender a Mata Atlântica, o meio ambiente e a cidadania, e celebrar o Dia Nacional da Mata Atlântica. <b>Autoria:</b> Senadora Eliziane Gama

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.

Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para [conleg.apl@senado.leg.br](mailto:conleg.apl@senado.leg.br).